

AlCultur 2007 – Conferência Inaugural

Cultura/Economia – uma relação a revisitar

Foi-me pedido pelo Coordenador dos Encontros AlCultur que orientasse esta minha exposição para o tema das Políticas Culturais. Fiquei um pouco preocupada uma vez que tenho ultimamente tido outros convites para falar do mesmo tema. Era preciso, uma vez mais, escolher uma outra perspectiva, um outro olhar. Ao pensar no que havia hoje de vos propor para reflectirmos um pouco sobre Políticas Culturais, interroguei-me sobre qual seria, presentemente, entre as questões recorrentes à volta do dito tema, aquela que tenderia a sobrepor-se às demais. A questão da relação cultura/economia foi a que me apareceu como mais impositiva. E o contraponto economização da cultura versus culturalização da economia como uma das formas por que mais frequentemente se exprime aquele binómio. De facto, vemos um e outro vector do contraponto atravessar debates mais ou menos informais, artigos de jornais e revistas bem como relatórios internacionais emprenhados em salvar a Europa ou, mais precisamente, a UE. Nuns casos, lamenta-se a cada vez mais forte economização da cultura, denunciando a sua mercantilização e instrumentalização crescente; noutros casos, rejubila-se com o actual impacto económico do sector cultural, destacando o seu peso no PIB, superior ao dos outros sectores; noutros casos ainda, valoriza-se a culturalização da economia, querendo com isso dizer que a cultura começa a ser reconhecida como dimensão indispensável para se ultrapassar uma concepção economicista de desenvolvimento.

Para que o debate sobre a relação cultura/economia não fique afogado entre argumentos frequentemente contraditórios e, algumas vezes, assentes em meros juízos de valor, é necessária uma *reflexividade vigilante*.

Relativamente ao tema aqui implicado (Políticas Culturais) e à relação alvo de debate, o exercício dessa reflexividade vigilante parece ter de passar, inevitavelmente, pela aproximação entre dois campos – o das ditas Políticas Culturais e o das Ciências Sociais. Aproximação que se vem progressivamente verificando sobretudo a partir da última década e que, em princípio, visa corresponder a expectativas de ambos os campos – pelo lado das Políticas Culturais, dispor de informação mais rigorosa em que possam alicerçar as suas decisões; pelo lado das Ciências Sociais, poder ter um papel

crítico mais interventivo, associado à produção de conhecimentos que lhes cabe produzir.

O que aqui e agora vos vou propor não pretende ser mais do que um exercício reflexivo, tendo como pano de fundo a dita aproximação entre aqueles campos. Neste sentido, começarei por convocar dois autores (da área das C.S.), muito diferentes um do outro quer pela época em que viveram e trabalharam, quer pela natureza das suas abordagens teórico-metodológicas. Poderia ter escolhido convocar não sei quantos outros... Escolhi estes. Por me parecer que seriam particularmente úteis para ajudar a despoletar determinadas questões que me suscita a relação cultura/economia (relação que, note-se, vejo com um olhar de socióloga da cultura sem formação económica).

Estes autores emblemáticos de que me vou servir são Bourdieu e Sombart (o primeiro trabalhou nos finais do séc. XX e o segundo no início do mesmo século). Incluía-os, em regra, na bibliografia da cadeira de Sociologia da Cultura que abri no ISCTE nos tempos idos de 1983. Pouco se falava, então, de políticas culturais, em Portugal. No entanto, recordo-me de, cerca de 10 anos depois, ter organizado um colóquio internacional, porventura o primeiro no nosso país sobre o tema Cultura & Economia, que curiosamente foi muito participado. Mas voltemos aos dois autores e vamos às razões por que os convoco aqui.

Quanto ao que está mais perto do nosso presente – Bourdieu – escolhi-o pelo seu combate sociológico contra as teorias ‘puras’ da culturas e da arte, um combate em que ele usou e ousou uma linguagem ‘desencantatória’ como escreveu em 1982 (no seu texto sobre o campo literário), era uma “linguagem da economia e da actividade industrial, com todas essas palavras grosseiras e rigorosamente banidas do discurso de *bonne compagnie* – produção, consumo, oferta e procura, capital, interesse e mercado.” Com efeito, o uso de tais noções no estudo das actividades artísticas suscitava então verdadeiro escândalo, como várias vezes me foi possível verificar.

Bourdieu trouxe-nos novos instrumentos para uma nova teoria da cultura em que usou conceitos importados da ciência económica sem que perdesse de vista as especificidades do seu objecto de estudo.

Quando, através da famosa *denegação do económico*, denunciou essa forma ideológica de legitimação interiorizada por muitos agentes dentre e fora do campo cultural e artístico, Bourdieu não estava de modo algum, como é óbvio, a encaminhar-nos no sentido de uma economização da cultura mas sim a permitir-nos identificar o que determinadas estratégias de afirmação ocultam. Em suma, estava a possibilitar-nos ter

um posicionamento crítico capaz de contrariar dinâmicas de naturalização/ocultação como as que vemos ainda hoje actuar, designadamente através de uma visão encantada da criação cultural e artística – a ‘illusio artística’ – que ignora as suas objectivas condições de produção. Ao mesmo tempo, para lá da própria desocultação da negação do económico, ele preocupou-se também em denunciar estratégias de instrumentalização que, por sua vez, relevam da ‘illusio economicista’, em que o interesse económico se reduz ao seu sentido mais estrito (de maximização do lucro monetário).

Falando de aproximação entre C.S. e Políticas Culturais, e quando o tema em causa é o da relação cultura/economia, julgo que se entenderá porque fui convocar Bourdieu – ele funciona como um caso exemplar de reflexividade crítica que continua hoje a ser estimulante, independentemente de alguns elementos do seu contributo poderem ser controversos.

Passando ao outro autor, Sombart, são outros os motivos por que o convoquei. Talvez o principal tenha a ver com a relativização que a sua abordagem histórico-sociológica traz ao nosso olhar sobre a relação cultura/economia. Estou a pensar no seu fascinante estudo *Luxo e capitalismo* que nos conduz pelo fenómeno do crescimento das cidades nos sécs. XVI, XVII e XVIII, onde florescia o luxo por ele considerado elemento gerador do capitalismo, mercê da influência que o aparecimento de um notável consumo de luxo exerceu sobre a organização do que iria ser a produção industrial.

Na verdade, ele falava de luxo e não precisamente de cultura mas vale a pena não perder de vista como aquele e esta se têm combinado, ou até sobreposto, ao longo dos tempos. Permitam-me que recorde como Sombart definia a sua noção de luxo, distinguindo dois sentidos: o quantitativo e o qualitativo – o primeiro é o mesmo que esbanjamento de bens; o segundo é consumo de bens de qualidade superior. Em regra, o luxo reúne os dois sentidos mas é no seu aspecto qualitativo que ele dá lugar ao requinte que “nasce do puro recreio e gozo dos sentidos.” Nesta linha, está-se muito próximo da cultura, embora esta também integre outros elementos de diferente natureza. De notar ainda que “requinte significa aumento de despesas com o trabalho necessário para a produção do objecto.” Esta objectivação do luxo, segundo Sombart, transformou-o de improdutivo em produtivo, ou seja, passou a empregar braços no sentido capitalista.

Entra-se, assim, no sector das indústrias do luxo. Se quisermos pegar na lista destas indústrias a que Sombart associa a génese do capitalismo (atenção que ele acrescenta um outro sector que concorre também para essa génese e que aqui não irei considerar –

trata-se das indústrias de produção de armamentos), mas se, como dizia, pegássemos na lista das indústrias de luxo – manufacturas da seda, rendas, porcelanas, cristais, trabalhos de ouro e prata, etc. – e quizessemos fazer uma outra lista actualizada para o actual capitalismo da ‘globalização’, deparar-nos-íamos com várias questões curiosas.

Para já, uma dessas questões teria a ver com o facto de algumas indústrias, consideradas de luxo na lista de Sombart, terem deixado de o ser porque a venda maciça de artigos para um mercado alargado, que não existia na génese do capitalismo, passou a ser possível (aliás, alargou-se hoje quase a nível global), e nesse mercado passaram a contar-se alguns dos referidos bens de luxo, agora democratizados, se assim podemos dizer (o que veio implicar, não raro, a perda de algum requinte...)

Uma outra questão que a actualização da lista pode levantar, é a que remete para a actual importância das indústrias culturais, criativas, ou de conteúdos, cujo papel no ‘capitalismo global’ parece estar a assumir um relevo comparável ao que as indústrias de luxo tinham no capitalismo inicial (esta é, desde já, uma hipótese para que Sombart nos encaminha).

Nos relatórios produzidos no âmbito das organizações internacionais (Comissão Europeia, UNESCO, etc.), cada vez mais se vê afirmar a importância da contribuição para a economia do sector cultural ou do sector cultural & criativo, segundo uma mais recente designação. Esta contribuição pode ser directa, através de bens ou serviços culturais, particularmente os que integram as ditas indústrias culturais (i.c.) e são produzidos para o mercado alargado (sendo, neste caso, mais fácil quantificar o impacto económico da cultura). Por outro lado, há também a contribuição indirecta, através de sectores não propriamente culturais – caso das TIC que se prevê representarem, muito em breve 25% do crescimento económico na UE. E é necessário não perder de vista, que o crescente peso das novas TIC depende do desenvolvimento do sector das i.c. uma vez que, sem conteúdos atraentes, que aconteceria à banda larga, TV digital, telemóveis 3ª Geração, etc.? Não haveria préstimo para grande parte das TIC. De resto, deve antes falar-se de interdependência (entre as TIC e as i.c.) visto que também sobre estas últimas se tem feito sentir os impactos das novas tecnologias, não só em termos económicos mas até mesmo no que respeita às próprias características das produções artísticas (tenha-se em conta as manifestações da cultura digital ou das new media arts que incorporam novos suportes viabilizados pelas TIC).

Estava há pouco a esboçar uma espécie de confronto entre alguns aspectos da relação luxo e mercado, objecto de estudo de Sombart, e alguns aspectos da relação

cultura/economia, no presente, através da importância crescente do sector cult. & criativo em geral e das i.c. em particular. Este confronto (e espero que me seja perdoada alguma leveza e ironia com que o faço) não pode, claro está, fazer-nos esquecer as enormes diferenças entre os dois momentos históricos em causa. Trata-se, meramente de um jogo de aproximação/afastamento que propicia, julgo, uma mais clara identificação de determinados aspectos que me interessa destacar aqui. Aludi já à correspondência que, até certo ponto, e tomadas as devidas reservas, podemos estabelecer entre o actual sector das i. cult. e o sector das ind. de luxo. Nesta mesma linha, há um outro aspecto em que também valerá a pena atentar: estou agora a pensar na ‘correspondência’ entre o *circuito de desenvolvimento* que Sombart desenha no *Luxo e Capitalismo* e o circuito de desenvolvimento traçado para o presente por um autor como R. Florida.

Muito sumariamente, o primeiro circuito é este: no início do capitalismo, as cidades desenvolvem-se porque nelas reside o número mais elevado de grandes consumidores – são as elites aristocráticas e as novas elites burguesas (os grandes senhores, os príncipes, a classe eclesiástica, a alta finança), ou seja, mais ou menos os grupos sociais que Veblen já tinha designado como ‘classe ociosa’; por sua vez, estas elites afluem às cidades porque nelas se concentram “as amenidades mais atraentes”. Passando ao presente, destaco a abordagem do referido Richard Florida que é várias vezes citado no Relatório “The Economy of Culture in Europe”, documento preparado em Out. 2006 pela KEA para a Comissão Europeia e já bastante divulgado em Portugal. Em estudos recentes (2002, 2004), Florida apresentou a noção de ‘classe criativa’, noção bem ajustada à hoje chamada ‘economia criativa’. A ‘classe criativa’ já não é uma ‘classe ociosa’ mas um conjunto que abarca profissionais qualificados, onde estão incluídos académicos, quadros superiores de administração, bem como artistas e profissionais da cultura.

Diferentemente da ‘classe ociosa’, a ‘classe criativa’ importa não apenas como consumidora mas também como produtora. E o circuito de desenvolvimento agora desenha-se assim: os elementos da classe criativa afluem às cidades que oferecem ‘amenidades’ associadas a estilos de vida de elevada qualidade e oportunidades de emprego qualificado; estas cidades desenvolvem-se crescentemente porque a elas afluem aqueles elementos, capazes de contribuir com o seu trabalho criativo e inovador para o sucesso do desenvolvimento sustentado das mesmas. Em suma, no actual quadro

em que a criatividade surge como garante de desenvolvimento, a ‘classe criativa’ de Florida figura como protagonista central.

A partir deste jogo de aproximação/afastamento que tenho vindo a explorar relativamente aos dois momentos históricos em foco, chegou a altura de destacar e sintetizar determinados aspectos de diferenciação para depois nos fixarmos no presente. Assim, de um quadro onde sobressaiam as ind. de luxo reservadas à ‘classe ociosa’, aquelas e esta associadas ao crescimento das cidades e à animação dos mercados, passou-se a um outro quadro onde, por sua vez, sobressaem as ind. cult. e criativas associadas à ‘classe criativa’, aquelas e esta associadas a estratégias de desenvolvimento sustentado. A longa passagem de um para outro quadro precisou, entre muitas outras coisas, que se constituísse um mercado alargado para os bens e serviços culturais que é indissociável de um processo de democratização cultural (chamemos-lhe assim por muitas reservas que ainda haja a fazer-lhe), processo a que não foi alheio o alargamento do direito ao ócio e do direito à educação. Dentro do quadro actual da relação cultura/economia, as exigências de animação do mercado, por um lado, e de qualificação *da* cultura e *pela* cultura, por outro, não são separáveis, o que não quer dizer que a relação seja pacífica – e esta indissociabilidade constitui, sem dúvida, um aspecto fundamental de diferenciação entre os dois momentos históricos.

Um outro aspecto muito importante releva de uma perspectiva que julgo ser a que orienta o citado relatório “Economy of Culture”, em que a criatividade é definida como um processo de interacções, em termos pluridimensionais – criatividade cultural, artística, económica, científica e tecnológica.

Esta perspectiva, aliás, não é alheia às recomendações do novo discurso sobre a “economia criativa” que vão no sentido de valorizar o interesse de uma articulação entre dois vectores – o artístico-cultural e o científico-tecnológico – para uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Se, por um lado, como já disse noutra parte, no caso deste último vector – cient.-tecnol. – tal valorização já se verifica há alguns anos, por outro lado, a inclusão do vector artístico-cultural e a necessária articulação dos dois vectores marcam uma mudança recente (talvez, por enquanto, mais a nível do discurso do que de efectivas práticas...).

Acontece que a relevância que vemos atribuída à ‘classe criativa’ vai de certo modo, ao encontro desta ideia de articulação dos dois referidos vectores, visto que integra competências que tendem a corresponder a uma noção alargada de trabalho criativo,

reclamado hoje para sectores que não já apenas os da actividade artística propriamente dita.

Todas estas considerações têm incidências tanto sobre o campo das políticas públicas (e das políticas culturais especificamente) como sobre o campo das C.S., o que leva a colocar alguns requisitos e a dar conta de algumas preocupações.

Há dois requisitos que me parecem prioritários – um consiste na necessidade de inovação e criatividade no próprio modo de conceber e aplicar as ditas políticas, fundamentalmente através da prática de uma *política integrada* – a nível das relações entre os diferentes ministérios, entre poder central e local, entre sectores público, privado e 3º sector (hoje, mais do que nunca, continuar a fazer políticas sectoriais compartimentadas é absurdo e nocivo).

O outro requisito é condição necessária do anterior – pressupõe a utilização, por parte das políticas, de uma informação científica, rigorosa e adequada.

É de insistir nestes atributos – rigorosa e adequada – para não se cair em cientifismos redutores com efeitos de legitimação ilusória (de reafirmar, neste ponto, a necessidade da reflexividade crítica...).

Nesse sentido, detenhamo-nos um pouco na novíssima designação do sector cultural – sector cultural & criativo. Sem entrar agora no debate sobre as variantes que a designação pode apresentar, ela inclui, regra geral, um núcleo que integra artes visuais, artes do espectáculo e património; um sector das ind. cult. e ainda um sector de outras ind. que, sem serem propriamente cult., não deixam de integrar uma parte considerável de trabalho criativo (ind. têxtil, por exemplo) ou de estar relacionadas com subsectores cult. e artíst. (as ind. das TIC, por exemplo). Logo, a nova designação do sector traz um alargamento interessante – e, vamos lá, bastante conveniente para o peso relativo da cultura na relação cultura/economia. E é um alargamento que tem efeitos, naturalmente, sobre o emprego cultural não só como é óbvio, no que respeita ao seu próprio volume mas também no que respeita à natureza da sua composição. Repare-se que o discurso europeu sobre políticas de desenvolvimento que reclama centralidade crescente para o sector cult. & criativo e para a correspondente ‘classe criativa’, reclama igualmente a indispensável qualificação profissional do sector.

E temos aqui implicadas várias questões a não perder de vista, com particular destaque, nesta minha exposição, para questões de medida e questões de contexto.

Quanto às questões de medida, veja-se, por exemplo, o índice de criatividade que o já citado Florida (Relatório ‘Europe in the Creative Age’, Florida e Tignali, 2004) propõe

para avaliar a competitividade dos vários países na era da economia criativa. Sem querer perder aqui demasiado tempo com esta matéria, direi apenas que é um complicado índice que combina índices de talento, tecnologia e tolerância e envolve valores tais como percentagem de ocupações criativas no total do emprego, percentagens de população com ensino superior, custos em I&D em percentagem do PIB, número de patentes em alta tecnologia etc., etc. Para lá do valor indicativo que o dito índice naturalmente tem, na verdade ele pode ser perigosamente ameaçador. Desde logo, é conhecida a dificuldade de comparar, entre si, valores fornecidos por diferentes países (resultará claro quais as categorias que cada país inclui nas chamadas ocupações criativas e com que valor relativo aí figuram? A ‘classe criativa’ pode ser um grande saco que não se sabe bem o que tem...)

Dificuldades igualmente no que respeita à desejada qualificação da ‘classe criativa’ – veja-se, por exemplo, o indicador percentagem de indivíduos com nível de ensino superior no total do emprego cultural – em que medida esse nível corresponderá efectivamente a uma formação qualificada nos termos pretendidos, isto é, uma formação actualizada e aberta à inovação? Quantos cursos superiores não estão hoje arredados destas pretensões! Nestas questões de medida, é de citar a famosa frase de Einstein “Nem tudo o que é importante se pode medir, nem tudo o que se pode medir é importante”...

Para além disso, o problema de fundo é: qual o significado de um tal índice se não se fizer acompanhar do conhecimento do que é constitutivo do campo cultural em causa e do campo das políticas que sobre ele actua?

O que nos dá passagem para as questões de contexto, em que é imprescindível atender a determinados aspectos para procurar perceber o alcance da afirmação da actual centralidade do sector cultural & criativo e da ‘classe criativa’. Uma vez mais, política cultural e reflexividade crítica não podem alhear-se. Veja-se, por exemplo, uma tendência do mercado de emprego cultural que vai no sentido da multiplicação de situações classificadas como de trabalhador independente, pequeno patrão de micro-empresa (fala-se hoje muito da nova figura do artista empresário de si mesmo). Sem que esta seja uma tendência específica do sector do emprego cultural, ela parece ser aqui particularmente acentuada. A flexibilidade de que as pequeníssimas entidades culturais e artísticas se revestem tem, sem dúvida, aberto oportunidades para realizar projectos que fora delas seriam inviáveis. Mas, como bem se sabe, essa flexibilidade é frequentemente dobrada do seu reverso que é a precariedade.

As políticas culturais (e não só estas) terão de se dotar da necessária informação sobre a evolução e implicações destas tendências e de traçar estratégias adequadas que concorram para gerir a incerteza do mercado.

Reportando-me a um estudo que fizemos no OAC, há 1 ano e meio, no âmbito de um conjunto de “Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013”, recordo que a multi-actividade ou a diversificação de competências é uma componente das novas formas atípicas de organização do trabalho no sector cultural e artístico. Mas é preciso não esquecer também que a tríade de que hoje tanto se vem falando (criatividade-inovação-competitividade) só é compatível com um elevado nível de formação. Integração de recursos humanos qualificados e de novas tecnologias apresenta-se como a pedra de toque para que a flexibilização não incorra nos riscos da precarização.

Há novas dinâmicas e novas estratégias, que a nível global do espaço cultural europeu se desenham, e que assumem configurações específicas a nível do espaço cultural de cada país – nem umas nem outras podem ser ignoradas.

Só a título de ilustração destas questões de contexto a que venho aludindo, e para terminar, refiro muito rapidamente algumas indicações do já citado estudo do OAC. Indicações que apontam para uma rentabilização de possíveis que em cada país devem ser identificados. Por exemplo, no caso português, poder-se-ia explorar mercados cult. alternativos em vez de mercados do mainstream onde facilmente submergimos; poder-se-ia explorar nichos de mercado através das novas tecnologias; poder-se-ia apostar na qualificação e sustentabilidade dos investimentos de pequenas entidades culturais e artísticas, etc. etc.

Mas não está nos meus propósitos prosseguir aqui pelas vias que nesse estudo do OAC se traçam e que podem ser consultadas por quem esteja interessado.

Quis tão só fazer um exercício sumário, como disse no princípio, de reflexão à volta da relação cultura/economia, procurando passar ao lado tanto da *illusio* economicista como da *illusio* artística.

Agradeço a vossa paciência.

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Presidente do Observatório das Actividades Culturais

22 Fev. 2007